**A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA: uma análise dos Parâmetros de Qualidade**

*Mirian França Santos[[1]](#footnote-0)*

*Bianca Correa [[2]](#footnote-1)*

 **EIXO TEMÁTICO:** Políticas públicas para as crianças e com elas

**RESUMO**

A pesquisa prevê a realização de diálogos entre o documento “Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil” e questões levantadas pelas produções teóricas sobre desigualdades de classe, gênero, raça e idade. A construção de políticas públicas educacionais vem sofrendo constantes ataques de grupos contrários aos direitos humanos e de setores ligados ao mercado. Busca-se entender em que medida os discursos que impulsionaram esse contexto permeiam as concepções contidas no documento e quais as suas consequências para a garantia dos direitos educacionais dos bebês e das crianças pequenas.

Palavras-Chave: Educação infantil; Democracia; Gestão escolar.

**INTRODUÇÃO**

A pesquisa, intitulada “A gestão da educação infantil sob uma perspectiva democrática: uma análise dos Parâmetros de qualidade”, prevê a realização de diálogos entre o documento “Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil” (BRASIL, 2018) e questões levantadas pelas produções teóricas sobre desigualdades de classe, gênero, raça e idade.

A elaboração e aprovação do documento escolhido para ser analisado ocorreu em meio a uma conjuntura de enfraquecimento da democracia, tendo em vista a forma que se deu a tomada do posto de presidente da república no ano de 2016. Considerando que “A atividade administrativa [gestão] não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender a necessidades e interesses de pessoas e grupos” (PARO, 1993, p. 13), pretende-se, então, verificar em que medida os discursos que impulsionaram esse contexto, e que continuam perpetuando-se nos dias atuais, permeiam as concepções contidas nos Parâmetros e quais as suas consequências para a garantia dos direitos educacionais dos bebês e das crianças pequenas, atentando-se às suas diferenças e desigualdades de classe, gênero, raça e idade.

Ao longo da história, o tratamento dado às crianças modificou-se a fim de acompanhar as transformações nas posições sociais ocupadas por elas, as quais se relacionam com os modos de organização da vida adulta. A exemplo disso, podemos mencionar as remodelagens da família no período do século XVIII, atribuindo às mulheres ricas o monitoramento de suas crianças, que deveriam ser afastadas dos “maus comportamentos”, os quais seriam adquiridos, em parte, no contato com os/as filhos/as das mulheres negras escravizadas e/ou por terem sido amamentadas por estas mulheres (DONZELOT, 1980, p. 19).

Ao movimento brevemente referido acima, Donzelot (idem) atribui duas razões: interesse e ódio. O interesse se encontra no chamado “progresso da nação”, em uma época em que a cultura é entendida como biologicamente determinada (SEYFERTH, 1996, p. 42), ou seja, as hierarquias sociais se formariam por uma seleção natural. O ódio é direcionado aos que impediriam esse progresso: “[...] os negros ‘bárbaros’ e os índios ‘selvagens’ [...]” (ibid., p. 43). Para esses últimos seria necessário, então, o extermínio físico e/ou simbólico.

Por esse ângulo, podemos compreender que o significado de infância se insere em um contexto mais amplo, de construção de uma sociedade desejada que mobiliza, para isso, projetos políticos, econômicos e culturais. Entende-se, assim, que as crianças também afetam e são afetadas pelas dinâmicas sociais de sua época e, por isso, devem ser consideradas ao falarmos das disputas e das relações de poder das quais essas dinâmicas são permeadas. Nesse sentido, ao falar de infância estamos nos referindo a uma condição da criança (KUHLMANN JR., 2015, p. 30), uma forma de viver e estar no mundo, vivenciada em contextos diferentes e desiguais.

Entendemos que a consideração destes fatores (políticos, econômicos e culturais) é necessária na elaboração de políticas públicas educacionais, de forma a tentar diminuir os riscos de uma proposta distante dos contextos e das necessidades dos sujeitos cujos documentos pretende direcionar-se, de modo que o proposto pode se aproximar ou distanciar-se de uma perspectiva democrática, combatendo ou contribuindo para uma estrutura social classista, significada por diferenças raciais, sexuais, entre outras.

JUSTIFICATIVA

Durante o período de elaboração do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), documento que estabelece metas para serem alcançadas em até 10 anos após a sua aprovação, houve amplo debate sobre a inclusão do termo “gênero” em sua formulação. Estava prevista em sua redação inicial a promoção da “[...] igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão que foi substituída por “[...] promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (PNE/2014, Art 2º, III). Ao selecionar grupos para serem ocultados, corre-se o risco de encobrir as desigualdades, dificultando, assim, que questões relacionadas a esses grupos adquiram uma posição relevante nas políticas educacionais, trata-se, portanto, de uma “invisibilidade estratégica” (CARREIRA, 2016, p. 15).

A alteração do texto do PNE/2014, que acarretou na exclusão de qualquer referência a gênero e sexualidade, foi resultado de pressões realizadas por grupos contrários às agendas de direitos humanos, majoritariamente, grupos religiosos conservadores que, como tentativa para justificar suas ações e resguardar seus interesses, alegaram o surgimento de uma suposta “ideologia de gênero”, discursos que estão associados à ideia de que há uma conjuntura mundial empenhada em “destruir a família” (FURLANI, 2016, s/p). Quanto a isso, sabemos que:

Numa cultura patriarcal, a diferença é sempre lida em termos hierárquicos, tendo o masculino como polo de autoridade. A diferença se torna diferença/dominação. Esse fato cultural coloca limites a uma política popular de reforma baseada nos direitos. Os conservadores podem sempre se aproveitar disso, descrevendo as críticas contra a dominação masculina como ataques contra a diferença - como tentativas para transformar garotos em garotas, homens em mulheres (CONNELL, 1995, p. 199).

Entendemos gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Ao falarmos em relações de gênero, estamos debatendo sobre o processo histórico de construção das posições sociais ocupadas por mulheres e homens. Portanto, discutir gênero é compreender que as desigualdades presentes nas relações sociais entre os sexos não são definidas naturalmente por intermédio de atributos biológicos, mas compõem um longo e complexo processo de construção e consolidação do poder (LOURO, 1995; VIANNA, 2002).

Em trabalho de Iniciação Científica (IC) realizado em 2016–2017, com o apoio do Programa Unificado de Bolsas (PUB/USP), orientado por uma das autoras deste trabalho, pudemos constatar que a invisibilidade adotada pelo PNE/2014 frente às questões de gênero influenciou, também, na elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME).

O projeto de IC se inseriu em pesquisa mais ampla, denominada “Gestão de sistemas e unidades públicas de educação infantil: análise de uma microrregião no estado de São Paulo”, que objetiva mapear e analisar a organização da gestão da/na educação infantil na microrregião de Ribeirão Preto. O projeto base envolve 12 municípios da microrregião de Ribeirão Preto.

Na IC (2016–2017), analisamos os PME dos 12 municípios que compõem a pesquisa mais ampla para verificar como as questões de gênero estavam sendo contempladas nos documentos, dando enfoque para a educação infantil. Por meio das análises, constatamos que a abordagem de gênero aparecia em apenas quatro dos 12 PME. Além disso, verificamos, ainda, a inexistência da relação de gênero com a EI no texto de todos os 12 documentos, sendo que em apenas um deles — sendo este um dos quatro que aborda questões de gênero — constava proposta de abordar o tema de diversidade especificamente no âmbito da EI.

Em segunda pesquisa de IC (2017–2018), com o apoio do PUB/USP e orientada pela mesma professora, buscamos verificar como questões de gênero estariam sendo abordadas em uma rede municipal de ensino que utiliza material apostilado. Foram analisadas as apostilas destinadas às crianças de quatro e cinco anos, bem como o material de orientação para as/os professoras/es e, ainda, o referencial curricular próprio da empresa fornecedora.

Por meio das análises das apostilas destinadas às crianças, foi possível observar que nas ilustrações do material as figuras de pessoas negras eram as de menor número e, dentre essas, as imagens de meninas negras eram as de menor quantidade. Observou-se, também, diversas marcações de gênero presentes nos exercícios, indicando, por exemplo, quais atividades e comportamentos eram de menina e quais eram de menino.

Estudos como o de Adrião, Damaso, Galzerano (2013) indicam um aumento na adesão a sistemas apostilados em escolas públicas de educação infantil. Esses materiais comumente trazem exercícios preparatórios para o ensino fundamental (CORREA, ADRIÃO, 2014), desconsiderando os princípios que orientam a prática pedagógica com as crianças pequenas: as interações e o brincar (BRASIL, 2009).

Discutir a qualidade da educação envolve diversos fatores, sendo que podemos tomar como um dos critérios para essa discussão a garantia de direitos (CORREA, 2003, p. 89). Um dos riscos das parcerias público-privado é que se desconsidere as necessidades e os direitos dos sujeitos diretamente envolvidos que, no caso da educação infantil “[...] responde particularmente a necessidades de mulheres e crianças, segmentos sociais que tendem a ocupar a posição mais próxima do polo da subordinação no eixo do acesso ao poder” (ROSEMBERG, 2001, p. 22-23).

Concordamos com Vianna e Finco (2009, p. 271) quando afirmam que o direito a uma educação infantil de qualidade inclui a discussão de questões de gênero, bem como de classe, raça, sexualidade, etc. Daí a necessidade de acompanhar as implementações e modificações da legislação que trata dos direitos educacionais dos bebês e das crianças pequenas, como forma de defesa e luta por uma educação libertadora (FREIRE, 2013), por uma educação infantil como prática democrática (MOSS, 2009).

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade **para a** Educação Infantil (BRASIL, 2006) constitui um importante documento que trata da organização e gestão nesta etapa. Sendo que este foi recentemente “atualizado”, passando a ter o nome de Parâmetros Nacionais de Qualidade **da** Educação Infantil (BRASIL, 2018), atualização que, como afirmado no próprio documento, visou o *alinhamento* com as novas legislações posteriores a 2006 como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Em um contexto de aumento da invasão do privado na esfera pública e entendendo que “[...] toda vez que o privado agride o domínio do público, utilizando-o para interesses particulares, a democracia é violada” (PARO, 2015, p. 61), acompanhar essas modificações se torna ainda mais importante para que os direitos das crianças sejam assegurados.

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O documento “Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil” (BRASIL, 2018) comporá o *corpus* das análises da pesquisa, tendo sido escolhido pelo critério de ser uma legislação recente, sancionada em meio a um contexto de fragilidade democrática e aumento de iniciativas privadas na esfera pública.

Para a organização dos dados obtidos por meio da análise documental será utilizado o procedimento de Análise de Conteúdo (FRANCO, 2007), de modo que se possa criar categorias, permitindo, então, a elaboração e sistematização de unidades de registro (ibid., p. 41) para a identificação e comparação dos dados. A partir dessas comparações se produz inferências, ou seja, diálogos entre aquilo que foi encontrado e as teorias já existentes, assim, extrapolando o conteúdo dos objetos analisados (ibid., p. 29) e seguindo, desta forma, à interpretação.

Para a interpretação dos dados serão utilizadas as unidades de contextos (ibid., p. 46), ou seja, um processo de contextualização das informações encontradas, tendo em vista que essas podem ter sentidos diferentes de acordo com o momento histórico em que são estudadas. Desse modo, concordamos com Bardin[[3]](#footnote-2) (1977, p. 107 *apud* FRANCO, 2007, p. 48) ao exemplificar que “[...] no caso da análise de mensagens políticas, palavras tais como liberdade, ordem, progresso, democracia, sociedade... têm necessidade de contexto para serem compreendidas em seu verdadeiro significado”.

**REFERÊNCIAS**

ADRIÃO, Theresa.; DAMASO, Alexandra.; GALZERANO, Luciana. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 2, n. 11, ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília, 2006.

BRASIL. CNE. Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação –

PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil**. Brasília, 2018.

CARREIRA, Denise. **Gênero e educação:** fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. 1ª ed. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Gelédes, Fundação Carlos Chagas, 2016.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CORREA, Bianca. Algumas considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 85-112, jul. 2003.

CORREA, Bianca; ADRIÃO, Theresa. O material apostilado utilizado em pré-escolas municipais paulistas: análise de dois casos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, n. 2, p. 379-396, maio/ago. 2014.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. nº 9. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FRANCO, Maria L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2ª ed. Brasília: Liber Livro, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

FURLANI, Jimena. **Existe “ideologia de gênero”?**. 2016. Disponível em: <http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 27 mar. 2019.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil:** uma abordagem histórica. 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LOURO, Guacira L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

MOSS, Peter. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 20, n. 3, p. 417-436, set. 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 19-26, 2001.

PARO, Vitor H. **Diretor escolar:** educador ou gerente?. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, Vitor H. **Administração Escolar:** introdução crítica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto

Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. p. 71-99, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. *In*: **Raça, ciência e sociedade**. MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (Orgs.). Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

VIANNA, Cláudia. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu** (UNICAMP). Campinas, v. 17/18, p. 81-104, 2002.

VIANNA, Cláudia.; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, dez. 2009.

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Contato: mirfsan@gmail.com. [↑](#footnote-ref-0)
2. Livre-docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Contato: biancacorrea@ffclrp.usp.br. [↑](#footnote-ref-1)
3. BARDIN, J. *L'Ére logique*. Paris: Robert Laffont, 1977. [↑](#footnote-ref-2)